

GOVERNO RUMO À PARIDADE DE GÉNERO: Mais mulheres no cargo de secretária de Estado

24 de Janeiro de 2020

Pela primeira vez na história do país, os cargos de nomeação directa pelo Presidente da República, no caso secretário de Estado, ultrapassaram a meta de paridade de género, a favor da mulher. É que, dos onze secretários de Estado designados esta semana pelo Presidente da República, seis são mulheres, representando 55 por cento.

Pelo facto, a Academia Política da Mulher (IMD) saúda o Chefe do Estado, Filipe Nyusi, pela abertura de espaço para que mais mulheres integrem a sua máquina governativa.

Elisa Muianga, gestora de Programas no *IMD*, considera que, mais do que o cumprimento da paridade de género, os números mostram o reconhecimento do Chefe do Estado da capacidade da mulher para a sua participação na governação e na busca de soluções para os problemas do país.

A academia encoraja o estadista a prosseguir nesse sentido e a incentivar outros sectores de actividades, com destaque para os partidos políticos e a Assembleia da República, a aprovarem políticas que favorecem a participação da mulher.

Avanços notáveis são igualmente registados no Governo central, onde, por indicação directa pelo Chefe do Estado, dos 19 ministros acabados de nomear e empossar até então, nove são mulheres, o que representa 47.37 por cento, sem incluir o primeiro-ministro.

Falta por indicar os ministros da Juventude e Desportos, Combatentes e na Presidência e Assuntos da Casa Civil.

As seis secretárias de Estado são Judith Emília Leite Mussácula, para a província da Zambézia; Stella da Graça Pinto Novo Zeca, para Sofala; Elisa Zacarias, para Tete; Ludmila Mwaa Rafael Maguni, para Inhambane; Vitória Dias Diogo, para a província de Maputo; e Sheila de Lemos Santana Afonso, para a cidade de Maputo.

Jáno Governo central, as nove mulheres nomeadas são Verónica Macamo ,para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Carmelita Namashulua, Educação e Desenvolvimento Humano; Margarida Talapa, Trabalho, Emprego e Segurança Social; Augusta Maita, Mar, Águas Interiores e Pesca; Ivete Maibasse,Terra e Ambiente; Helena Kida,Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Eldevina Materula, Cultura e Turismo; Nyeleti Mondlane, Género, Criança e Acção Social; e Ana Comoana, Administração Estatal e Função Pública.

Duas na presidência das AP

OS resultados das terceiras eleições provinciais realizadas no dia 15 de Outubro de 2019 também indicam um ligeiro aumento do número de mulheres nos órgãos eleitos a nível local comparativamente ao mandato de 2015-2019, tendo-se verificado uma variação positiva de 34 para 35,4 por cento.

No primeiro mandato (2010-2014),as assembleias provinciais(AP) tiveram maior presença de mulheres (36,21 por cento). No entanto, esta percentagem baixou para 34 por cento no mandato seguinte (2015-2019), tendo-se fixado em cerca de 34 por cento. Porém, o índice voltou a registar ligeira subida no presente mandato (2015-2024).

Uma análise da Academia Política da Mulher sobre a presença feminina nestes órgãos chama atenção para o facto de, se não forem adoptadas políticas adequadas para a promoção da participação política da mulher nas assembleias provinciais, os ganhos até aqui alcançados serem perdidos, pelo facto de a variação da proporção da mulher neste órgão não mostrar consistência sobre a possibilidade de aumento ou redução nos futuros mandatos, em virtude de depender apenas de critérios dos partidos políticos.

No que diz respeito à presidência das assembleias provinciais, a Academia constatou que houve registo de progresso no número de mulheres que presidem a estes órgãos de tomada de decisão, tendo passado de uma mulher no mandato passado para duas no presente mandato (2020-2024).

Este progresso também é bastante lento e contraria as mensagens de apelo parase incentivar a presença da mulher na política e nos cargos de liderança.

Já na posição de primeiro vice-presidente das assembleias provinciais, os dados mostram o alcance da paridade desejada. Ou seja, foram eleitas cinco mulheres para este cargo, de um total de dez, o que corresponde aos desejados 50 por cento.

Em relação à posição de segundo vice-presidente, de um total de nove províncias que têm esta figura, apenas uma é que elegeu uma mulher.

A fraca presença da mulher como presidente nas assembleias provinciais e segunda vice-presidente impõe aos partidos políticos a necessidade de abrirem mais espaço para que mais mulheres possam participar e liderar os espaços formais de debate político a nível provincial.

A eleição de mulheres para estes cargos dependia apenas da vontade e concertação interna de cada partido político representado nestes órgãos.

Segundo a análise da Academia, quatro províncias mostram tendência geral de redução de mulheres-membros das assembleias provinciais, sendo Inhambane caso mais crítico. Esta província teve o melhor registo de presença da mulher no primeiro mandato, resultante das eleições provinciais de 2009, tendo alcançado cerca de 48 por cento, o melhor registo até aqui conseguido numa AP. Contudo, nas eleições seguintes o número baixou consideravelmente para cerca de 34 por cento e nas últimas eleições (2019-2020) voltou a ter uma variação negativa, passando a ter apenas 30 por cento.

Outros casos de tendência geral de redução são as assembleias provinciais do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Manica.

Para o IMD, estes casos mostram que a luta pela participação política da mulher deve manter-se constante, pois o sistema de eleição dos candidatos dentro dos partidos políticos nem sempre respeita a questão do género, o que pode influenciar positiva ou negativamente o espaço de participação desta na política.

Tendência favorável verifica-se na província de Sofala, que registou um maior crescimento desde o primeiro mandato, tendo passado de 30 por cento em 2010 para 43,21 por cento no presente mandato, e da Zambézia, que passou de 33,33 por cento para 38,04 no mesmo intervalo de tempo.

Mantém-seo número de governadoras provinciais

RESULTANTE da revisão constitucional de 2018, com vista ao aprofundamento da descentralização, os governadores provinciais passaram a ser eleitos, através do sistema de cabeças-de-lista do partido que obtiver maioria relativa de votos.

De um total de 30 cabeças-de-lista candidatos a governadores provinciais apresentados pelos três partidos com representação nas assembleias provinciais, apenas cinco (16,67 por cento) eram mulheres. Deste número, três, todas provenientes do partido Frelimo, conseguiram a eleição para governadoras provinciais.

Em termos percentuais, registou-se um ligeiro aumento na proporção de mulheres governadoras, passando de 27 para 30 por cento. Contudo, em termos absolutos, não houve qualquer alteração em relação ao último mandato, quando o cargo de governador provincial era por nomeação, o que se deveu à eliminação desta figura na cidade de Maputo.

Adoptar medidas para alcance das metas dos ODS

CIENTE de que os avanços registados ainda são lentos e inconsistentes nas assembleias provinciais, a Academia Política da Mulher propõe um conjunto de medidas que julga que, se forem tomadas, podem contribuir para que o país alcance as metas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que tange à participação política da mulher.

Entre elas, os partidos políticos devem continuar a envidar esforços para que mais mulheres sejam eleitas como candidatas a diferentes cargos, tendo como premissa a ocupação de posições cimeiras nas listas; maior envolvimento da mulher em processos políticos, de modo a conquistar o seu espaço e a superar as diferentes barreiras políticas, económicas, sociais e culturais.

Propõe ainda a inclusão do sistema de quotas nas listas apresentadas pelos partidos políticos; intensificação de sensibilização para o encorajamento da mulher pela vida política do país que a mulher eleita para os diferentes cargos de tomada de decisão influencie para aprovação de políticas de transformação estratégica pela equidade e igualdade de género e que garanta o gozo pleno da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

A Academia Política da Mulher reitera o seu compromisso de continuar a realizar acções que concorram para o incremento da participação política da mulher, tanto quantitativa como qualitativamente na ocupação de cargos de liderança a diferentes níveis.

Para o efeito, a Academia assegura que irá priorizar o diálogo com as lideranças políticas com vista a uma maior sensibilidade sobre a igualdade género. Por outro lado, a formação para as mulheres eleitas, debates entre diferentes actores da sociedade, visitas de troca de experiências entre mulheres líderes de diferentes esferas de actuação irão contribuir para a definição de melhores estratégias de actuação para o alcance da meta dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, que se referem à paridade em todos os espaços de tomada de decisão, entre homens e mulheres, até 2030. **(Joana Macie)**

<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher>